JANEIRO | 2022

RELATÓRIO
CONTROLE INTERNO - 2021

IPREV DF
Instituto de Previdência dos
Servidores do Distrito Federal

GDF
É tempo de ação.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL

Governador do Distrito Federal
Ibaneis Rocha

Vice-Governador do Distrito Federal
Marcus Vinícius Britto

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal
Ney Ferraz Junior

Diretora de Previdência
Ledamar Sousa Resende

Diretor de Administração e Finanças
Paulo Ricardo Andrade Moita

Diretor de Investimentos
Jefferson Nepomuceno Dutra

Diretor Jurídico
Raquel Galvão Rodrigues da Silva

Diretoria de Governança, Projetos e Compliance
Sylvia Neves Alves (interina)

Elaboração
Rogério Correia da Silva

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. Gerenciamento dos Pontos de Controle
3. Matriz de Riscos
4. Análise SWOT
5. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
5.1 Contabilização da Receita
5.2 Contabilização da Despesa
5.3 Compensação Previdenciária – COMPREV
6. UNIDADE DE ATUÁRIA
6.1 Avaliação Atuarial
6.2 Taxa de Administração do Regime Próprio de Previdência – RPPS
6.3 Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA
7. DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA

7.1 Concessão de Aposentadoria/Pensões
7.1.1 Análise dos Atos de Concessão e Revisão de Aposentadorias ou Pensões
7.2 Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR
8. CONTROLADORIA
8.1 Monitoramento do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP/CADPREV
9. DIRETORIA DE INVESTIMENTOS
9.1 Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR
9.2 Política de Investimentos
9.3 Carteira de Investimentos
9.4 Carteira de Imóveis
9.5 Demonstrativo das Políticas de Investimento – DPIN
10. DIRETORIA DE GOVERNANÇA, PROJETOS E COMPLIANCE
10.1 Planejamento Estratégico Institucional
10.2 Certificação – Pró-Gestão
10.3 Mapeamento e elaboração de Manual de Processos
11. RECOMENDAÇÕES
12. CONCLUSÃO

1. INTRODUÇÃO

A Lei nº 830 de 27 de dezembro de 1994, criou o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Distrital – SICON, em conformidade com o disposto no art. 80 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tem como missão "assegurar a regular gestão de recursos públicos, com ênfase na avaliação de resultados, através de instrumentos de controle e assessoramento, com apoio constante ao órgão de controle externo". A fiscalização e Controle de um RPPS é feita por meio de órgãos de Controles Interno e Externo.

A missão do controle interno é a de promover aos gestores informações em caráter de relevância para auxiliar na tomada de decisão, controlar processos no propósito de atingir as metas, além de resguardar à Administração na definição de suas responsabilidades com o fornecimento de análises, apreciações, recomendações, notas técnicas para garantir um controle efetivo sobre a Instituição.

As ações de controle interno do Iprev/DF são acompanhadas pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF por meio da Subsecretaria de Controle Interno – SUBCI/CGDF.

Por força regimental, dentre as obrigatoriedades da Unidade de Controladoria, cabe à proteção ao patrimônio público através de ações que criem estímulos à aderência às Políticas do IPREV, racionalização dos procedimentos e melhoria de processos e otimização da alocação dos recursos humanos, que incluem a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à legalidade, legitimidade, economicidade em respeito à Carta Magna.

A Controladoria do Instituto agrega em suas competências, além das atividades de controle, as atividades de Auditoria, Ouvidoria, Corregedoria e Gerenciamento de Riscos, unidade recém implantada por força de Decreto.

As ações de controle do Iprev/DF, também estão sujeitas à orientação, supervisão e fiscalização por parte da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, que tem entre outras funções a competência de realizar auditorias com vistas ao cumprimento da legislação previdenciária,

além de depuração das informações encaminhadas por meio dos demonstrativos previdenciários onde é possível aferir a regularidade quanto ao Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.

O Controle Externo do Iprev/DF, é acompanhado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, dada a necessidade de prestação de contas imposta pelo parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

Por outro lado, tem-se o Controle Social, ferramenta de fiscalização e transparência sendo exercido pela sociedade. Um dos critérios norteadores dos RPPS é o pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime (art. 1°, inc. VI da Lei 9.717/1998).

Além dos controles anteriormente citados, o Instituto conta com a participação de representantes dos servidores, do governo e dos aposentados, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, órgãos colegiados integrantes da estrutura administrativa do Iprev/DF.

2. GERENCIAMENTO DOS PONTOS DE CONTROLE

Dentre as atividades de Controle Interno por meio da Controladoria cabe salientar os dispositivos regimentais que compõem o alicerce de controle interno bem como o propósito normativo de atender ao Decreto n° 34.367 de 16 de maio de 2013, que enumera as Diretrizes de Controle; Decreto n° 32.840 de 06 de abril de 2011 que sintetiza às ações de supervisão técnica e do Regimento Interno que regimenta a Controladoria, Ouvidoria e demais Gerências.

Deve-se levar a cabo a inclusão em estabelecer o mapeamento adequado, mensuração e mitigação de riscos com o propósito de eliminar qualquer entropia que possa comprometer a consecução das atividades delineadas.

Cumpre estabelecer entre a Alta Administração e demais níveis o comprometimento de todas as unidades deste Instituto que, a partir de suas mensurações e riscos, possa-se evitar e antecipar às eventualidades assim ocorridas.

Estas medidas visam a prevenção dos riscos inerentes ou potenciais à tempestividade, fidedignidade e à precisão da informação contábil atavés de procedimentos de prevenção bem como detecção como iniciativa de proteger erros, omissões, inadequações e intempestividade da informação contabilizada.

Ao valer dos preceitos, o IPREV em sua norma regulamentar possui como condição sine-qua-non as funções de controle interno que devem se subdividir nos seguintes formatos:

- Plano Anual de Auditoria Interna;
- Acompanhamento da Execução Orçamentária;
- Análise das Contratações;
- Gerenciamento de Riscos quanto à mitigação de erros;
- Ações de Ouvidoria e Controle Social;
- Ações de Correição e Procedimentos Administrativos.

3. MATRIZ DE RISCOS INSTITUCIONAL

Ao estabelecer o Planejamento Estratégico do IPREV, é possível aferir e produzir uma ferramenta de gerenciamento de riscos que disponibiliza a identificação de eventos danosos que cada objetivo pode alcançar, bem como gerar a relação de probabilidade e impacto que o não atingimento do Objetivo Estratégico poder-se-á ocorrer.

O mapeamento identificado de acordo com o Planejamento Estratégico do IPREV é delineado por meio das Unidades Setoriais, Objetivos, Macroprocessos, Riscos e das proporções de impacto e probabilidade para alcançar o nível de risco que cada objetivo pode impactar, conforme quadro abaixo:

3.1 - IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RISCOS

UND SETORIAL	Objetivo-Chave	Macroprocesso	Risco-Chave		Risco Inerente			
			Cód.	Descrição	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco	
Controladoria	Acompanhar os critérios referentes à emissão de Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP	Divulgação dos pontos-chave que necessitam de ajustes	1.0	Destreza na resolutividade da informação	8	5	40	Alto
		Adoção de prazo hábil para sanar as irregularidades	1.1	Descumprimento de prazo	10	8	80	Extremo
		Ampliação da comunicação intersetorial	1.3	Distorção da informação	2	2	4	Baixo
	Acompanhar a Execução Orçamentária	Realizar análises contábeis através do MCASP	1.2	Contabilização deficiente	8	2	16	Médio
		Registro dos fatos que afetam o patrimônio público segundo o regime de competência	1.3	Ineficácia na contabilização dos registros	8	1	8	Baixo
	Atender às determinações dos Órgãos de Controle Externo	Criação de força-tarefa na prevenção de atender às demandas dos órgãos de controle	1.4	Perda de prazo no desenvolvimento da informação	8	5	40	Alto
DIPREV	Diminuir o pagamento de	Padronizar o fluxo de ações de cruzamento de dados no SIGRH X SIPREV	2.0	Cruzamento dos dados não ser fidedigno	8	5	40	Alto

	benefícios irregulares	Emitir relatórios de críticas na importação	2.3	Falta de dados completa na extração	5	1	5	Baixo
	Consolidar a concessão de benefícios da Secretaria de Estado de Saúde - SES e da Secretaria de Educação - SEE	Ampliação da força de trabalho	2.4	Força de trabalho desejada menor que a esperada	8	5	40	Alto
		Necessidade de ampliação de treinamento	2.1	Inexistência de treinamento para o corpo institucional	5	5	25	Médio
	Manualizar a concessão e pagamento de benefícios	Disciplinar os procedimentos previdenciários	2.1	Não institucionalização de manuais de acordo com objetivo	5	2	10	Médio
		Criação de fluxograma que atendam todos os requisitos	2.3	Fluxogramas em desconexão com o objeto	2	1	2	Baixo
DIRIN	Implantar o Plano de Gestão de Imóveis	Mapear os imóveis pertencentes ao FSG e garantir segurança imobiliária	3.0	Morosidade na implantação de Gestão	8	5	40	Alto
	Realizar ações de capacitação dos Conselheiros do IPREV	Atribuir aos Conselheiros qualificação especializada para o desenvolvimento de suas funções	3.3	Inexecução de qualificação	2	2	4	Baixo
	Estabelecer programa de risco na área de credenciamento	Produzir fatores de risco que possam ocorrer no credenciamento	3.2	Ineficácia na classificação a ser estabelecida	5	2	10	Médio

DIAFI	Implementar o Programa de pós-graduação de acordo com a Portaria n° 36 de 11/03/2019	Criar dotação financeiro-orçamentária para custeio do Programa	4.2	Falta de dotação que contemple a implementação	5	5	25	Médio
		Disponibilizar vagas para servidores	4.3	Desinteresse dos servidores na qualificação	2	2	4	Baixo
	Dimensionar a força de trabalho institucional	Verificar a necessidade real de cada Unidade do IPREV	4.2	Dimensionamento fora do padrão	5	2	10	Médio
		Diminuir o nível de absenteísmo institucional	4	Perda do capital intelectual da Instituição	8	5	40	Alto
	Manualizar os processos de compras	Estabelecer fluxogramas com o endereçamento das etapas	4.3	Excesso de fluxo que possa provocar perda da informação	2	2	4	Baixo
		Planejar as aquisições referentes ao ano	4.2	Introduzir novas aquisições fora do planejamento anual	5	5	25	Médio
	Criar Programa de Qualidade de Vida	Buscar parcerias entre Instituições que possam oferecer serviços aos Servidores	4.3	Ineficácia na parceria em não produzir o serviço adequado	2	2	4	Baixo
DIJUR	Criar Normativo sobre transferência dos Fundos Financeiro e Capitalizado	Editar Portaria que identifica a transferência dos Fundos	5.0	Lacuna tempestiva no regramento	8	5	40	Alto

	Revisionar os Normativos da Instituição	Republicar Normativos que necessitam de retificação	5.2	Perda do Objeto devido a quantidade de normativos editados	5	5	25	Médio
		Reeditar normas que melhor se adequem à atualidade	5.3	Reedição em desacordo com a introdução	8	1	8	Baixo
	Estabelecer critérios de ingresso ao Conselho do IPREV	Publicar Portaria que elenca os requisitos necessário conforme o Decreto n° 37.131	5.3	Estabelecer critérios fora do padrão em regulamentação	5	1	5	Baixo
DIGOV	Desenvolver Plano de Segurança da Informação do IPREV	Ampliar o parque tecnológico do IPREV	6	Impossibilidade de aquisição de ferramentas de TI	10	5	50	Alto
		Utilizar de acessórios que possibilitem a proteção das informações	6.2	Acessórios que não possuem a eficácia desejada	10	2	20	Médio
	Criar mecanismos para a Certificação do Pró-Gestão do IPREV	Aprimorar a comunicação intersetorial	6.2	Ruídos na comunicação que possam prejudicar	2	2	4	Baixo
		Estabelecer parceria na alternativa por soluções	6.2	Estabelecimento de planos aquém ao esperado	5	5	25	Médio
	Desenvolver o APP-MEU IPREV	Utilizar ferramentas de benchmarking no alcance da finalização do produto	6.0	Falta de parcerias que atendam aos requisitos necessários	5	2	10	Médio
			6.0		8	8	64	Alto

				Inexistência de recursos para custeio				
	Desenvolver ação para o Programa de Educação Previdenciária	Estabelecer cursos de qualificação	6.3	Cursos não abarcar o conteúdo desejado	8	1	8	Baixo
		Parceria entre INSS e IPREV	6.3	Morosidade na capacitação	8	1	8	Baixo
	Implementar o Plano de Compliance	Criar planos de prevenção à riscos	6.2	Planos em desacordo ao objetivo	8	2	16	Médio
		Criar manuais para evitar eventos irregulares	6.3	Falta de condensação da manualização	5	1	5	Baixo
ATUÁRIA	Manualizar o Teste de Aderência	Estabelecer fluxograma para a constituir os testes de aderência	7.3	Fluxos em desacordo com o estabelecido	8	1	8	Baixo
			7.3	Metodologia ineficiente ao objetivo	2	2	4	Baixo
	Introduzir Banco de Dados para estudos de Avaliação Atuarial	Promover gestão junto à SEEC na disponibilização dos dados	7.0	Burocracia da SEEC em disponibilizar os dados	8	8	64	Alto
		Aprimorar a gestão de TI no acúmulo da informação	7.0	Migração com inconsistência	10	5	50	Alto
COMUNICAÇÃO SOCIAL	Criar ferramenta de comunicação	Criar panfletos/folders diretamente aos	8.3	A informação não conter o produto total	8	1	8	Baixo

	com o aposentado e pensionista	aposentados e pensionistas						
		Buscar sugestões junto aos inativos e pensionistas sobre qual comunicação melhor alcança	8.0	Excesso de sugestão que impossibilite o aprimoramento	8	1	8	Baixo
	Realizar audiência pública para prestação de contas anual	Publicar no site do iprev a data para audiência pública	8.0	O alcance não ser próximo ao desejado	8	2	16	Médio
		Disponibilizar no site institucional a prestação de contas anual	8.0	Dificuldade da população condensar a informação	8	2	16	Médio
OUVIDORIA	Implementar o Projeto "IPREV no seu Órgão"	Realizar reuniões nas Secretarias de Governo	9.0	Desinteresse das Secretarias no desdobramento	2	2	4	Baixo
		Aprimorar a comunicação da Ouvidoria do IPREV para os futuros aposentados	9.0	Falta de divulgação que alcance o público-alvo	8	2	16	Médio
	Redefinir fluxo de apuração de denúncia com propositura de Normativo	Editar normativo que contenha os requisitos para apuração	9.1	Normativo não contemplar todos os requisitos necessários	8	5	40	Alto
		Trabalhar em conjunto com a Correição para a apuração conter todos elementos	9.1	Necessidade de restabelecimento da Unidade de Correição	8	8	64	Alto

Escala de Impactos		
Magnitude	**Descrição**	**I**
Muito baixo	Degradação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, porém causando **impactos mínimos nos objetivos** de prazo, custo, qualidade, escopo, imagem ou relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interassadas (clientes internos/externos, beneficiários).	1
Baixo	Degradação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando **impactos pequenos nos objetivos**.	2
Médio	Interrupção de operações ou atividades de processos, projetos ou programas, causando **impactos significativos nos objetivos, porém recuperáveis.**	5
Alto	Interrupção de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando **impactos de reversão muito difícil nos objetivos.**	8
Muito alto	Paralisação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando **impactos irreversíveis/catastróficos nos objetivos.**	10

Fonte: Brasil. Tribunal de Contas da União. Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2017. (adaptada)

Escala de Probabilidades		
Magnitude	**Descrição**	**I**
Muito baixa	**Evento improvável de ocorrer.** Excepcionalmente poderá até ocorrer, porém não há elementos ou informações que indiquem essa possibilidade.	1
Baixa	**Evento raro de ocorrer.** O evento poderá ocorrer de forma inesperada, havendo poucos elementos ou informações que indicam essa possibilidade.	2
Média	**Evento possível de ocorrer.** Há elementos e/ou informações que indicam moderadamente essa possibilidade.	5
Alta	**Evento provável de ocorrer.** É esperado que o evento ocorra, pois os elementos e as informações disponíveis indicam de forma consistente essa possibilidade.	8
Muito alta	**Evento praticamente certo de ocorrer.** Inequivocamente o evento ocorrerá, pois os elementos e informações disponíveis indicam claramente essa possibilidade.	10

Fonte: Brasil. Tribunal de Contas da União. Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2017. (adaptada)

4. ANÁLISE SWOT

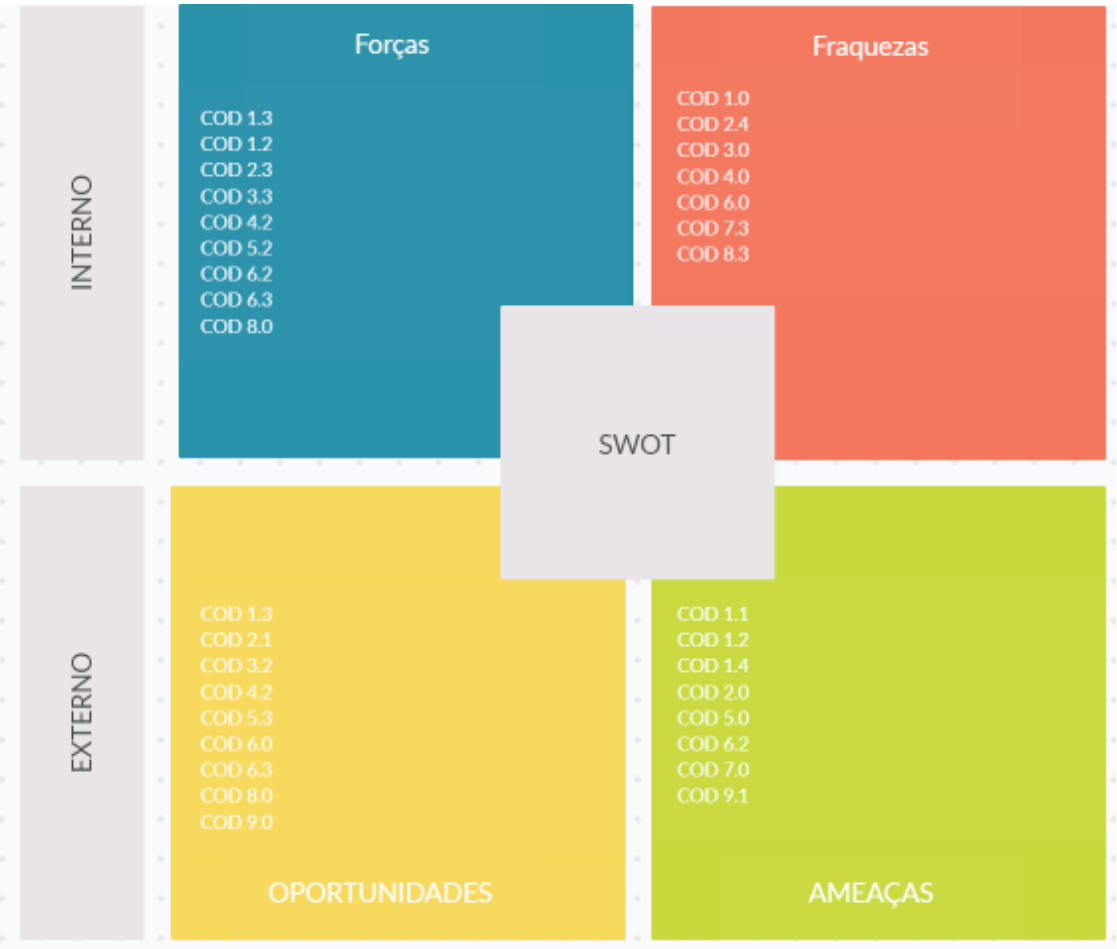
A partir da composição do matriciamento de riscos em referência ao Planejamento Estratégico Institucional, é possivel aferir em modelo simplificado análise macro-institucional. A sigla possui derivação em inglês e por isso possui a denominação “SWOT” (Strengths, Weaknesses, Oportunities and Threats – forças, fraquezas, oportunidades e ameaças).

As forças e fraquezas estão ligadas a fatores internos da Instituição. Cabe à Instituição a necessidade de manter ou alterar de acordo com o que pode ser mais conveniente e eficiente.

As oportunidades e ameaças possuem influências externas. Deve-se enxergar esses fatores de modo que a Instituição encontre as melhores opções ou se robusteça para ir de encontro aos fatores supervenientes.

Ao realizar a matriz de riscos, atribuiu-se um sistema de codificação para facilitar a visualização da matriz SWOT. Registra-se em princípio, as seguintes características expostas abaixo:

MATRIZ "SWOT" DO IPREV



5. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A Diretoria possui como estrutura regimental as Unidades interseccionais responsável pela gestão de pessoas, planejamento, orçamento e finanças, patrimônio, administração de materiais e serviços gerais.

Através dela são realizadas a gestão do capital humano da Instituição, plano de aquisições e/ou contratações, contabilidade geral com a elaboração de prestação de contas e a apresentação dos demonstrativos econômicos-financeiros, bem como o estabelecimento do planejamento orçamentário-financeiro com o acompanhamento da gestão do IPREV no que competem à elaboração de subsídios referentes ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA.

5.1 CONTABILIZAÇÃO DA RECEITA

Com o advento da EC n° 103 de 12 de novembro de 2020, a alíquota vinculada ao regime previdenciário sofreu alteração e com a recepção pela LC n° 970/2020 de 11% para 14% a partir de janeiro de 2021 e subdividem-se com as seguintes contabilizações:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - UG 320201-32203

Mês/ano	SALDO ANTERIOR	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDADAS	RECEITA EXTRA ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	DESPESAS EXTRAS ORÇAMENTÁRIA	SALDO BANCÁRIO CONCILIADO
jan/21	14.729.185,50	6.788,80	1.434.936,33	-	30.981,30	-	943.962,29	15.195.967,04
fev/21	15.195.967,04	29,82	1.434.936,33	-	944.928,70	-	10.153,16	15.675.851,33
mar/21	15.675.851,33	-	-	-	976.517,25	-	9.890,00	14.689.444,08
abr/21	14.689.444,08	2.059,63	-	-	932.139,41	-	-	13.759.364,30
mai/21	13.759.364,30	-	1.434.936,33	-	1.006.523,56	12.300.259,79	-	1.887.517,28
jun/21	1.887.517,28	2.949,35	1.434.936,33	-	971.065,16	-	-	2.354.337,80
jul/21	2.354.337,80	-	1.434.936,33	208,82	1.172.779,48	-	104,41	2.616.599,06
ago/21	2.616.599,06	7.379,97	3.586.627,61	-	4.741.395,95	-	-	1.469.210,69
set/21	1.469.210,69	5.669,19	1.434.936,33	-	1.101.343,67	-	-	1.808.472,54
out/21	1.808.472,54	3.501,07	1.434.936,33	-	926.527,16	- 12.300.259,79	-	14.620.642,57

FUNDO SOLIDÁRIO GARANTIDOR – UG 320202-32203

Mês/ano	SALDO ANTERIOR	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDADAS	RECEITA EXTRA ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	DESPESAS EXTRAS ORÇAMENTÁRIA	SALDO BANCÁRIO CONCILIADO
jan/21	3.501.699.131,02	173.492.564,98	-	-	-	29.865.481,29	21.075.108,00	3.624.251.106,71
fev/21	3.624.251.106,71	8.682.646,87	-	-	-	-	26.224.490,04	3.606.709.263,54
mar/21	3.606.709.263,54	16.429.161,08	-	-	-	16.429.161,08	-	3.606.709.263,54
abr/21	3.606.709.263,54	41.160.042,18	-	-	-	-	28.501.932,07	3.619.367.373,65
mai/21	3.619.367.373,65	-	-	-	-	-	25.000,00	3.619.342.373,65
jun/21	3.619.342.373,65	101.663.584,95	-	-	-	-	20.598.690,87	3.700.407.267,73
jul/21	3.700.407.267,73	-	-	-	-	-	-	3.700.407.267,73
ago/21	3.700.407.267,73	39.080.837,93	-	-	-	-	-	3.739.488.105,66
set/21	3.739.488.105,66	15.985.453,28	-	-	-	-	-	3.755.473.558,94
out/21	3.755.473.558,94	31.468.559,84	-	1.669.837,28	-	8.000.000,00	-	3.780.611.956,06

FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL - UG 320203-32203

Mês/ano	SALDO ANTERIOR	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDADAS	RECEITA EXTRA ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	DESPESAS EXTRAS ORÇAMENTÁRIA	SALDO BANCÁRIO CONCILIADO
jan/21	157.491.463,00	265.406.463,51	30.186.657,48	207.015,93	24.897.605,28	1.434.936,33	243.815.963,30	183.143.095,01
fev/21	183.143.095,01	405.875.330,88	1.183.400,70	- 135.613,66	404.174.498,11	1.435.619,53	479.131,51	183.976.963,78
mar/21	183.976.963,78	266.144.998,83	16.885.478,70	1.677.006,34	384.846.487,69	-	6.060,98	83.831.898,98
abr/21	83.831.898,98	488.224.018,83	958.887,44	- 1.654.692,06	401.532.053,91	-	6.377,16	169.821.682,12
mai/21	169.821.682,12	354.675.699,49	13.344.209,46	27.690.094,11	391.529.725,21	1.434.936,33	39.750,15	172.527.273,49
jun/21	172.527.273,49	358.427.160,50	915.986,35	280.451,99	373.693.373,02	1.434.936,33	-	157.022.562,98
jul/21	157.022.562,98	374.053.852,31	875.202,51	33.082.758,52	370.089.984,71	1.434.936,33	2.775.082,56	190.734.372,72
ago/21	190.734.372,72	364.773.124,87	10.293.669,63	- 9.167.627,44	351.544.872,32	3.586.627,61	10.621,98	201.491.417,87
set/21	201.491.417,87	306.058.220,20	29.410.282,88	34.468.287,90	358.816.138,67	1.434.936,33	-	211.177.133,85
out/21	211.177.133,85	320.536.122,29	- 3.702.294,85	59.361.561,69	363.529.142,86	1.434.936,33	-	222.408.443,79

5.2 – CONTABILIDADE DA DESPESA

A programação orçamentária e financeira para o exercício de 2021 se encontra definida pelo Decreto n° 41.773 de 04 de fevereiro de 2021 com a disposição do cronograma de mensal de desembolso do Poder Executivo.

As despesas com o pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais compõem a Unidade de Gestão: 320203 que caracteriza o Fundo Financeiro de Previdência. A contabilização se refere até o mês de outubro de 2021 com as seguintes descrições sintetizadas abaixo:

DESPESAS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS – UG: 320203 – FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA DO DF

DESPESAS BENEFICIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	Aposentadorias RPPS Financeiro	*Aposentadorias por tempo de contribuição	*Aposentadorias compulsórias	*Aposentadorias Especiais - Atividade de Risco	**APOSENTADORIAS E REFORMAS**	Pensões RPPS Financeiro	**PENSÕES**	AUXÍLIO FUNERAL - INATIVO
JAN	R$ 285.162.711,78				**R$ 285.162.711,78**	R$ 63.131.245,14	R$ 63.131.245,14	R$ 397.389,44
FEV	R$ 356.654.593,04				**R$ 356.654.593,04**	R$ 84.566.038,07	R$ 84.566.038,07	R$ 460.301,78
MAR	R$ 273.253.933,40				**R$ 273.253.933,40**	R$ 70.017.828,29	R$ 70.017.828,29	R$ 708.319,09
ABR	R$ 319.107.819,11				**R$ 319.107.819,11**	R$ 70.656.227,48	R$ 70.656.227,48	R$ 732.456,38
MAI		R$ 295.532.497,70	R$ 11.938,37	R$ 19.454.821,19	**R$ 314.999.257,26**	R$ 70.818.640,29	R$ 70.818.640,29	R$ 1.054.203,69

JUN		R$ 268.036.214,70	R$ 11.938,37	R$ 19.566.243,32	**R$ 287.614.396,39**	R$ 72.114.430,63	R$ 72.114.430,63	R$ 755.850,22
JUL		R$ 266.529.911,47	R$ 9.376,36	R$ 19.650.398,67	**R$ 286.189.686,50**	R$ 71.682.933,62	R$ 71.682.933,62	R$ 984.306,45
AGO		R$ 277.406.230,11	R$ 11.938,37	R$ 19.756.784,13	**R$ 297.174.952,61**	R$ 72.270.729,89	R$ 72.270.729,89	R$ 646.411,71
SET		R$ 271.863.727,77	R$ 11.938,37	R$ 19.838.329,69	**R$ 291.713.995,83**	R$ 71.850.672,91	R$ 71.850.672,91	R$ 567.915,09
OUT		R$ 265.291.771,49	R$ -	R$ 17.709.159,52	**R$ 283.000.931,01**	R$ 71.378.298,90	R$ 71.378.298,90	R$ 523.343,87
TOTAL	**R$ 2.802.939.234,19**		**R$ 57.129,84**	**R$ 191.875.912,91**	**R$ 2.994.872.276,93**	**R$ 718.487.045,22**	**R$ 718.487.045,22**	**6.830.497,72**

** A partir de maio de 2021 houve o desdobramento dos tipos de aposentadoria.*
FONTE: Balancete Contábil
SIAC/SIGGO

5.3 – COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A Compensação previdenciária se encontra regulamentada por meio do Decreto n° 10.188/2019 de 20 de dezembro de 2019 que trata da diferença entre o Regime Geral de Previdência e os Regimes Próprios de Previdência da União, Estados e Municípios para a contabilização em conjunto com o tempo de contribuição para fins de aposentadoria.

O saldo de Compensação Previdenciária compreende o somatório do fluxo mensal, acumulado e de estoque do Regime Geral de Previdência – RGPS em acordo com a Legislação, ao qual se elenca abaixo:

COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – COMPREV – ATÉ JULHO DE 2021

MÊS DE COMPETÊNCIA	FLUXO MENSAL (1)						FLUXO ACUMULADO (2)		
	VALOR BRUTO	VALOR GLOSA	13° FLUXO	LÍQUIDO	VALOR PAGO AO INSS	SALDO	VALOR BRUTO	VALOR GLOSA	SALDO
JAN	R$ 17.924.442,73	R$ 209.366,75	R$ -	R$ 18.133.809,48	**-R$ 61.460,37**	R$ 18.072.349,11	R$ -	R$ 86.175,37	R$ 86.175,37
FEV	R$ 17.916.074,41	-R$ 246.499,91	R$ -	R$ 17.669.574,50	**-R$ 61.755,26**	R$ 17.607.819,24	R$ -	-R$ 50.964,00	-R$ 50.964,00
MAR	R$ 17.916.074,41	R$ -	R$ -	R$ 17.916.074,41	**-R$ 61.755,26**	R$ 17.854.319,15	R$ -	R$ -	R$ -
ABR	R$ 17.915.647,96	-R$ 1.293,56	R$ -	R$ 17.914.354,40	**-R$ 61.679,91**	R$ 17.852.674,49	R$ -	R$ -	R$ -
MAI	R$ 17.921.807,34	-R$ 592,16	R$ -	R$ 17.921.215,18	**-R$ 61.080,72**	R$ 17.860.134,46	R$ 1.049.775,96	R$ -	R$ 1.049.775,96

JUN	R$ 17.920.345,83	-R$ 12.019,82	R$ -	R$ 17.908.326,01	**-R$ 60.780,45**	R$ 17.847.545,56	R$ -	R$ -	R$ -
JUL	R$ 17.917.191,12	-R$ 15.786,40	R$ -	R$ 17.901.404,72	**-R$ 60.883,78**	R$ 17.840.520,94	R$ -	R$ -	R$ -
AGO			R$ -	R$ -	**R$ -**	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
SET			R$ -	R$ -	**R$ -**	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
OUT			R$ -	R$ -	**R$ -**	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
NOV			R$ -	R$ -	**R$ -**	**R$ -**	**R$ -**	0,00	R$ -
DEZ			R$ -						
TOTAL	**R$ 125.431.583,80**	**-R$ 66.825,10**	**R$ -**	**R$ 125.364.758,70**	**-R$ 429.395,75**	**R$ 124.935.362,95**	**R$ 1.049.775,96**	**R$ 35.211,37**	**R$ 1.084.987,33**

MÊS DE COMPETÊNCIA	**ESTOQUE RPPS (3)**					
	VALOR BRUTO	**VALOR GLOSA**	**LÍQUIDO**	**VALOR PAGO AO INSS**	**SALDO**	**SALDO DA COMPENSAÇÃO (1+2+3)**
JAN	R$ -	R$ 82.136,72	R$ 82.136,72	R$ -	R$ 82.136,72	R$ 18.240.661,20
FEV	R$ -	R$ -		R$ -	R$ -	R$ 17.556.855,24
MAR	R$ -	R$ -		R$ -	R$ -	R$ 17.854.319,15

ABR	R$ -	R$ -		R$ -	R$ -	R$ 17.852.674,49
MAI	R$ 377.491,94	R$ -	R$ 377.491,94	R$ -	R$ 377.491,94	R$ 19.287.402,36
JUN	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 17.847.545,56
JUL	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 17.840.520,94
AGO	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
SET	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
OUT	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
NOV	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
DEZ	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
TOTAL	**R$ 377.491,94**	**R$ 82.136,72**	**R$ 459.628,66**	**R$ -**	**R$ 459.628,66**	**R$ 126.479.978,94**

DOC SEI: 70019554

6. UNIDADE DE ATUÁRIA

A Unidade de Atuária têm como atributo a produção de estudos de tendências e cenários com a utilização de premissas atuariais para a produção dos estudos e avaliações.

A partir da elaboração de cálculos e estudos atuariais, apura-se o passivo previdenciário onde se verifica o impacto que possam causar ao Regime Próprio de Previdência do Distrito Federal.

Os estudos atuariais criam subsídios para alteração e implementação de planos previdenciários para novos servidores, aposentados, e pensionistas, além de auxiliar na definição da política de investimentos do IPREV.

6.1 - AVALIAÇÃO ATUARIAL

A Avaliação Atuarial apresenta os resultados dos planos de benefícios previdenciários na data-base de 31 de dezembro de 2020, em conformidade ao que dispõe o art. 3° da Portaria/MF n° 464 de 19 de novembro de 2018.

A Lei Complementar nº 932 de 03/10/2017, apresenta a relação de servidores em 2 (dois) grupos:

• Plano Previdenciário: abrange todos os benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões dos servidores efetivos que ingressaram no serviço público a partir de 27 de fevereiro de 2019; e

• Plano Financeiro: abrange todos os benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões dos servidores efetivos que ingressaram no serviço público até 27 de fevereiro de 2019.

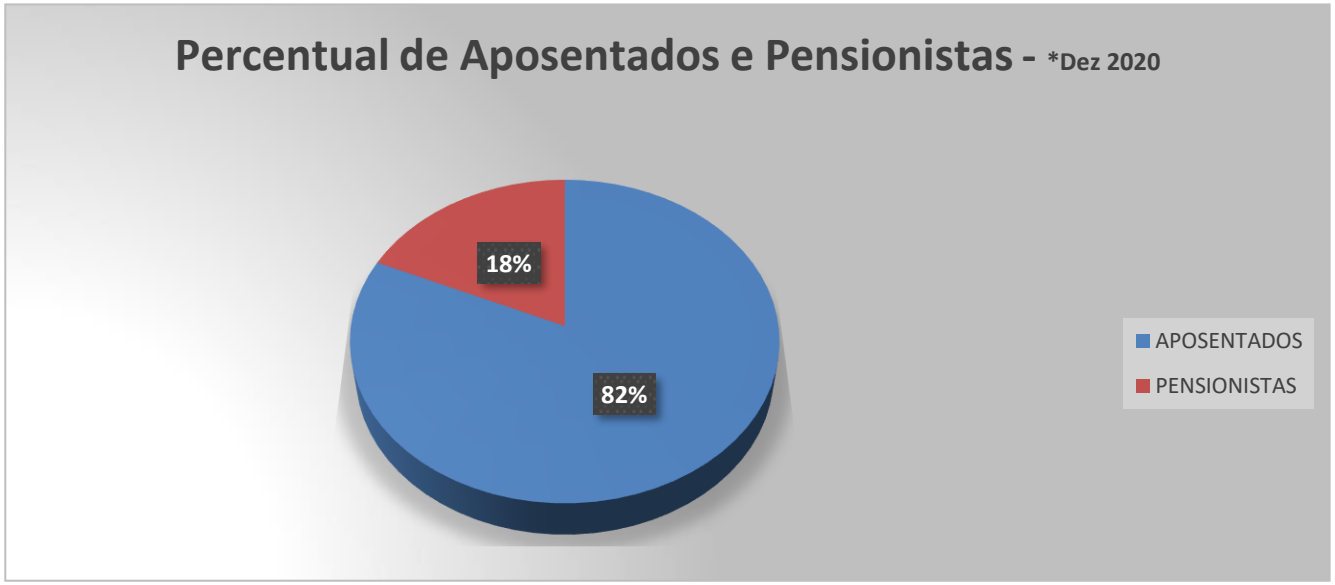
De acordo com o encerramento do exercício de 2020, em 31 de dezembro de 2020, os Planos possuíam a seguinte constituição:

SERVIDORES ATIVOS

QUANTIDADE	ATIVO		TOTAL
	PLANO PREVIDENCIÁRIO	PLANO FINANCEIRO	TOTAL
	3.458	78.596	82.054

SERVIDORES INATIVOS OU PENSIONISTAS

QUANTIDADE	INATIVO		TOTAL
	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL
	55.733	12.449	68.182



Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial IPREV – DEZ/20

6.2 – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA – RPPS

Os servidores ativos e o Distrito Federal contribuem para o custeio dos benefícios com uma alíquota de 14,00% e 28,00%, respectivamente, sendo a contribuição do ente segmentada em 27,50% para o Custo Normal e 0,50% para a Taxa de Administração. Ainda, os servidores aposentados e pensionistas contribuem com uma alíquota de 11,00% de 1 salário-mínimo até o valor vigente do teto dos benefícios pagos pelo Regime de Previdência e 14,00% incidente apenas sobre a parcela dos proventos e pensões que excederem o teto do RGPS.

A composição de Receita de Contribuição dos dois Planos, desencadeiam-se no seguinte formato:

RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO – PLANO PREVIDENCIÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA BASEDE CÁLCULO EM R$	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	RECEITA (R$)
Servidores Ativos	Folha de salários	20.375.246,97	14,00%	2.852.534,58
Servidores Aposentados	Valor que excede o salário-mínimo	0,00	0,00%	0,00
Pensões	Valor que excede o salário-mínimo	0,00	0,00%	0,00
Distrito Federal - CustoNormal	Folha de salários	20.375.246,97	28,00%	5.705.069,15
TOTAL DE RECEITA				**8.557.603,73**

RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO – PLANO FINANCEIRO

DISCRIMINAÇÃO	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA BASE DE CÁLCULO (R$)	% CONTRIBUIÇÃO	RECEITA(R$)
SERVIDORES ATIVOS	FOLHA DE SALÁRIOS	629.719.775,06	14,00%	88.160.768,51
SERVIDORES APOSENTADOS	EXCEDENTE AO SALÁRIO-MÍNIMO	447.392.835,59	12,33%	55.166.545,63
PENSÕES	EXCEDENTE AO SALÁRIO-MÍNIMO	64.474.943,31	12,07%	7.783.764,13
ENTE - CUSTO NORMAL	FOLHA DE SALÁRIOS	629.719.775,06	28,00%	176.321.537,02
TOTAL				**327.432.615,29**

Ao atender ao que dispõe o artigo 40 da Constituição Federal, com a redação ajustada pela EC nº 103/2019, transcrito a seguir, consideram-se os servidores titulares de cargos efetivos. Dessa forma, ao mencionar o termo “servidores ativos”, deve-se referir aos servidores titulares de cargo efetivo. A composição subdivide-se da seguinte forma:

QUANTITATIVO REFERENTE AO PLANO FINANCEIRO - *Dez 2020

ATIVOS	APOSENTADORIA COMUM	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÕES
78.596	50.056	5.677	12.449

QUANTITATIVO REFERENTE AO PLANO PREVIDENCIÁRIO - *Dez 2020

ATIVOS	APOSENTADOS NORMAIS	APOSENTADOS POR INVALIDEZ	PENSÕES
3.458	0	0	0

O Patrimônio do Plano Previdenciário corresponde ao somatório dos recursos provenientes das contribuições, das disponibilidadesdecorrentes das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo RPPS, e dos bens, direitos, ativos financeiros e ativos de qualquer natureza vinculados, porlei, ao regime, destacados como investimentos e avaliados pelo seu valor justo, conformenormas contábeis aplicáveis ao setor público, **excluído a reserva administrativa**. O quadro aseguir apresenta o valor do patrimônio alocado no Plano Previdenciário e sua respectiva data de apuração.

PATRIMÔNIO DO PLANO PREVIDENCIÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM R$	DATA DA APURAÇÃO
RENDA FIXA	60.252.448,64	31/12/2020
RENDA VARIÁVEL	18.555.374,52	31/12/2020
TOTAL	**78.807.823,16**	**31/12/2020**

Entende-se como Provisão Matemática o compromisso monetário futuro líquido(pois consideram-se as obrigações futuras menos as contribuições futuras) do RPPS para com seus segurados.

As Provisões Matemáticas, dividem-se em:

- **Provisões Matemática de Benefícios à Conceder (PMBaC)** = Correspondeao valor necessário para pagamento dos benefícios que serão concedidos aos participantes que ainda não estão recebendo benefício pelo RPPS; e
- **Provisões Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** = Corresponde aovalor necessário para pagamento que já foram concedidos pelo RPPS.

DISCRIMINAÇÃO	Valores (R$)
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados)	-
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentados)	-
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (Pensões)	-
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (Pensões)	-
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BC)	-

PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (PMBC)	**-**
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	(2.583.320.530,92)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras	1.556.152.667,37
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BaC)	251.612.609,67
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (PMBAC)	**(775.555.253,88)**
PROVISÕES MATEMÁTICAS (PMBAC + PMBC)	**(775.555.253,88)**
(+) Ativos Financeiros	78.807.823,16
(+) Saldo Devedor dos Acordos de Parcelamento	-
DÉFICIT TÉCNICO ATUARIAL	**(696.747.430,72)**

6.3 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL – DRAA

O Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA, trata-se de documento exclusivo de cada Regime Próprio de Previdência Social – RPPS que registra de forma resumida as características gerais do plano e os principais resultados da Avaliação Atuarial.

O Quadro-Resumo do IPREV mostra a comparação do atual exercício com os dois últimos exercícios encerrados, conforme exposição abaixo:

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Comparativo de Informações das Últimas Avaliações Atuariais

Descrição	2021	2020	2019
Média da Base de Cálculo dos Segurados Ativos	8.012.11	7.832.64	7.660.44
Média do Valor do Benefício dos Aposentados	9.072.39	9.032.35	8.937.63
Média do Valor do Benefícios dos Pensionistas	6.081.34	6.820.79	5.689.42

Idade Média dos Segurados Ativos	45.63	45.08	43.70
Idade Média dos Aposentados	67.01	66.82	65.80
Idade Média dos Pensionistas	62.86	66.45	60.70
Idade Média Projetada Para Aposentadoria	55.95	55.81	58.20
RESULTADOS			
VALORES DOS COMPROMISSOS			
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	32.076.855.21	197.181.573.59	170.919.330.987.72
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios Concedidos	177.181.259.250.58	153.202.375.805.02	135.127.760.377.76
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios Concedidos	19.049.100.887.31	6.369.849.800.15	5.889.302.604.24

Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	158.132.158.363.27	146.832.526.004.87	129.238.457.773.52
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios a Conceder	214.522.916.403.55	228.638.177.528.45	228.091.376.730.80
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios a Conceder	41.790.573.286.01	20.776.355.015.26	43.675.507.522.63
Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder	172.732.343.117.54	207.861.822.513.19	184.415.869.208.17
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	21.269.397.065.22	4.356.570.722.29	23.039.191.670.02
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	0.00	0.00	0.00
Resultado Atuarial	309.563.027.560.38	350.140.596.222.18	119.695.804.323.95

Fonte: CADPREV/DRAA

7. DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA

A Diretoria de Previdência é a Unidade responsável pela formulação de políticas públicas previdenciárias do Instituto através da concessão e manutenção dos benefícios previdenciários que se encontram dispostos na legislação previdenciária.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de política de gestão e controle das bases de dados cadastrais previdenciárias além da prestação de informações ao Conselho de Administração no que seja pertinente dentre demais atividades de cunho previdenciário.

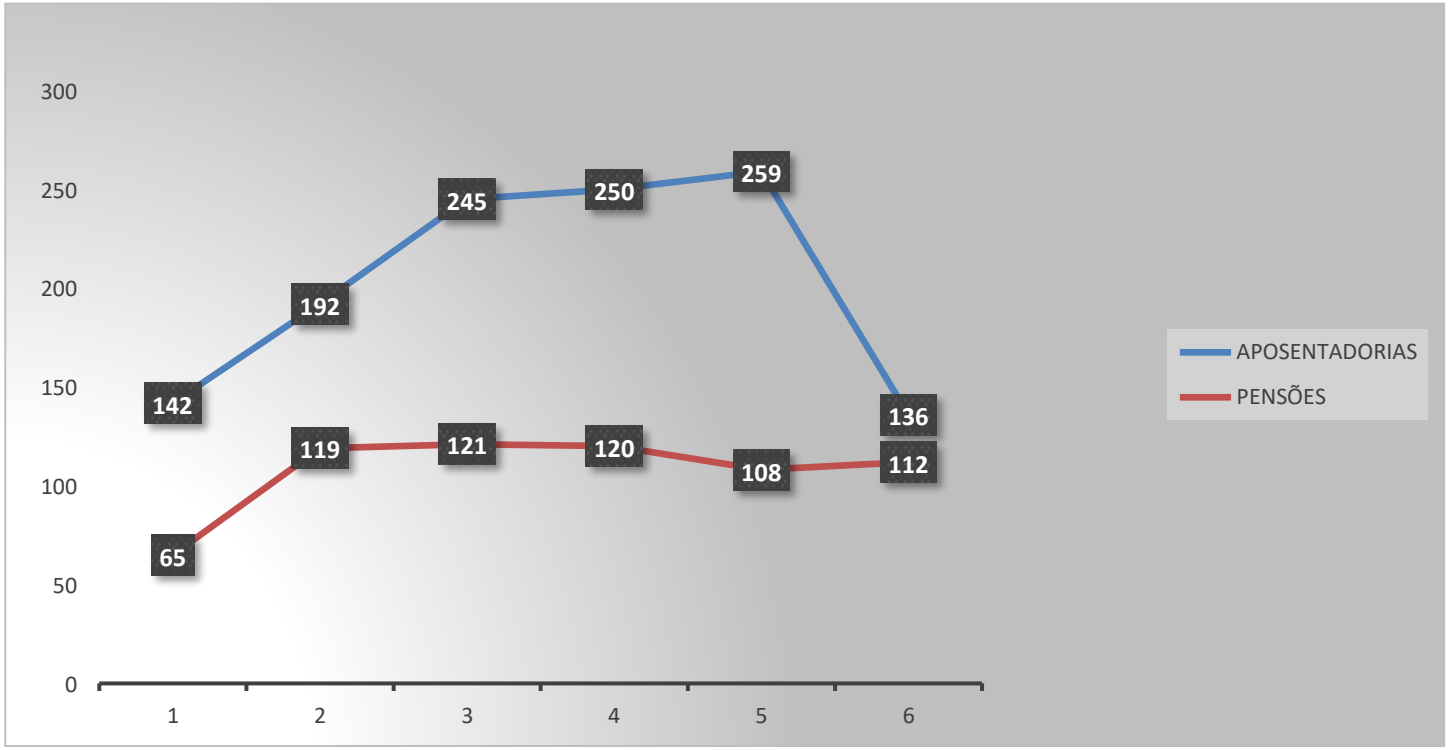
7.1 – CONCESSÃO DE APOSENTADORIA/PENSÕES

Durante o exercício de 2021, a DIPREV por meio de suas Unidades Organizacionais realizara as concessões[i] de 1.224 aposentadorias e 645 pensões no total de 1.869 concessões de acordo com o quadro abaixo:

BIMESTRE	APOSENTADORIA	PENSÕES
1° BIMESTRE	142	65
2° BIMESTRE	192	119
3° BIMESTRE	245	121
4° BIMESTRE	250	120
5° BIMESTRE	259	108
6° BIMESTRE	136	112
TOTAL	1.224	645

Fonte: DIPREV/IPREV (78149946)

CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES NO EXERCÍCIO DE 2021

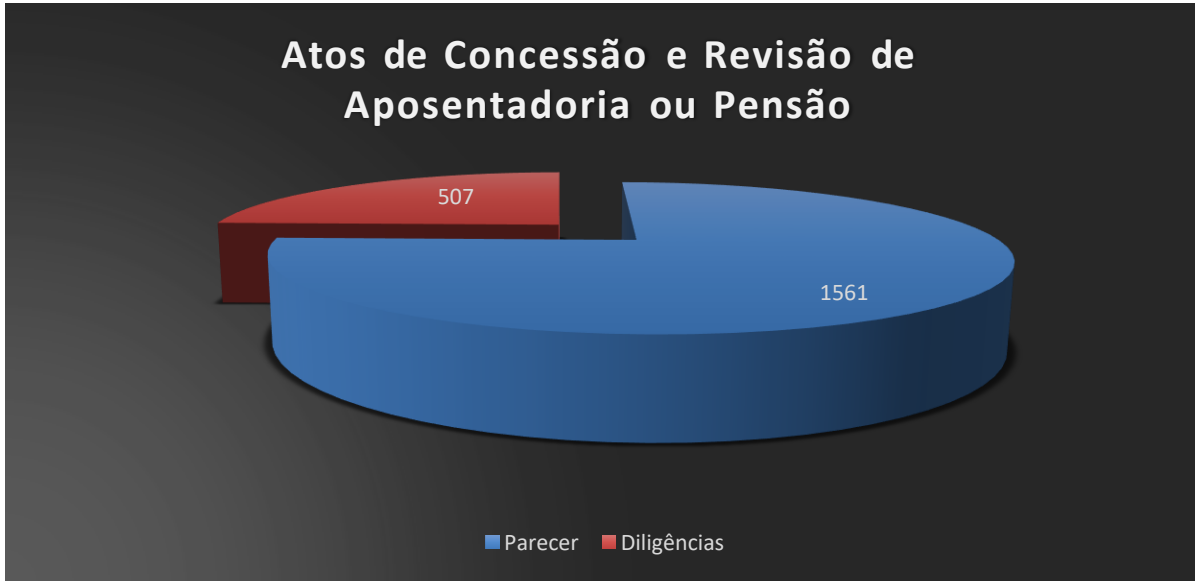


*Conteúdo retificado e com adição do 5° e 6° Bimestre. Considera-se a concessão de benefícios exclusivamente de competência do IPREV.

7.1.1 – ⁱⁱANÁLISE DOS ATOS DE CONCESSÃO E REVISÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

Cabe destacar por meio do Decreto n° 42.830 de 17 de dezembro de 2021 que aprova o Regimento Interno da Controladoria Geral do Distrito Federal, em especial, o art. 96, Inciso II, da presente Norma, que cabe à Controladoria Geral do Distrito Federal: *"orientar e coordenar o exame dos atos de concessão e de revisão de aposentadorias, reformas e pensões no âmbito da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas do Distrito Federal"*.

De acordo com as informações obtidas pela Controladoria Geral do Distrito Federal os atos de concessão e revisão de aposentadorias e pensões no âmbito do Iprev no exercício de 2021 foram compostos da seguinte forma:



O gráfico registra que dos 2.068 atos de concessão de aposentadorias e pensões pertencentes aos IPREV foram analisados no exercício de 2021 pela Controladoria Geral do Distrito Federal. Destes, 507 (24%) retornaram para diligências aos Órgãos para a formulação de novos subsídios referentes aos atos concessórios e os demais 1.561 (76%) foram emitidos pareceres favoráveis e encaminhados para análise do Tribunal de Contas do Distrito Federal, como preza o art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal em destaque:

> *"Art. 78. O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete:*
>
> *I – (...)*
>
> *III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.*

7.2 – DEMONSTRATIVO DE INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E REPASSES – DIPR

O Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses, trata-se de documento destinado a informações gerais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS e possui exigência legal através da Portaria MPS n° 21/2013.

O DIPR só possui validade a partir do envio da Declaração de Veracidade pelo CADPREV-WEB e o Demonstrativo registra os valores arrecadados, bases de cálculos, dentre outras informações necessárias à verificação do caráter contributivo e dos recursos previdenciários dos RPPS.

De acordo com as informações, o DIPR referente ao 4° bimestre, traz em síntese, os seguintes registros:

	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
9 - N° DE BENEFICIARIOS (somatório das folhas do ENTE e da UNIDADE GESTORA)	**JUL**	**AGO**	**JUL**	**AGO**	**JUL**	**AGO**
9.1 - SERVIDORES	4.737	4.765	74.992	74.647	79.729	79.412

	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
9 - N° DE BENEFICIARIOS (somatório das folhas do ENTE e da UNIDADE GESTORA)	**JUL**	**AGO**	**JUL**	**AGO**	**JUL**	**AGO**
9.2 - APOSENTADOS			56.562	56.759	56.562	56.759
9.3 - PENSIONISTAS	4	5	12.730	12.771	12.734	12.776
9.4 - DEPENDENTES					0	0

	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
10 - INGRESSOS DE RECURSOS	**JUL**	**AGO**	**JUL**	**AGO**	**JUL**	**AGO**
10.1 - Contribuições	11.471.104,71	11.492.383,23	336.492.842,91	337.085.610,55	347.963.947,62	348.577.993,78
10.2 - Aportes			296.020.242,78	276.081.348,04	296.020.242,78	276.081.348,04
10.3 - Parcelamentos					0,00	0,00
10.4 - Acréscimos legais de contribuições					0,00	0,00
10.5 - Contribuições relativas aos servidores cedidos ou licenciados					0,00	0,00
10.6 - Recebimento de compensação financeira			19.287.402,36	17.847.545,56	19.287.402,36	17.847.545,56
10.7 - Receitas líquidas de aplicações financeiras e investimentos			185.558,74	160.555,03	185.558,74	160.555,03
10.8 - Rendimentos demais ativos			127.740,24	325.640,05	127.740,24	325.640,05
10.9 - Outras Receitas					0,00	0,00

	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
11 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS	**JUL**	**AGO**	**JUL**	**AGO**	**JUL**	**AGO**
11.1 - Aposentadoria			555.697.827,62	556.518.577,80	555.697.827,62	556.518.577,80
11.2 - Pensão por morte	10.531,30	15.895,20	95.775.792,50	86.927.104,70	95.786.323,80	86.942.999,90
11.3 - Auxílio-Doença					0,00	0,00
11.4 - Salário-Maternidade					0,00	0,00
11.5 - Salário-Família					0,00	0,00

	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
11 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS	**JUL**	**AGO**	**JUL**	**AGO**	**JUL**	**AGO**
11.6 - Auxílio-Reclusão					0,00	0,00
11.7 - Decisões judiciais (benefícios)					0,00	0,00
11.8 - Benefícios de responsabilidade do Tesouro					0,00	0,00
11.9 - Despesas Administrativas			1.071.565,56	4.826.381,98	1.071.565,56	4.826.381,98
11.10 - Despesas com investimentos					0,00	0,00
11.11 - Restituições e outras compensações pagas					0,00	0,00
11.12 - Pagamento de Compensação Financeira					0,00	0,00
11.13 - Outras Despesas			984.306,45	646.411,71	984.306,45	646.411,71

	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
12 - RESULTADO FINAL	**JUL**	**AGO**	**JUL**	**AGO**	**JUL**	**AGO**
12.1 - TOTAL DE INGRESSOS	11.471.104,71	11.492.383,23	652.113.787,03	631.500.699,23	663.584.891,74	642.993.082,46
12.2 - TOTAL DE UTILIZAÇÃO	10.531,30	15.895,20	653.529.492,13	648.918.476,19	653.540.023,43	648.934.371,39
12.3 - RESULTADO FINAL APURADO	11.460.573,41	11.476.488,03	-1.415.705,10	-17.417.776,96	10.044.868,31	-5.941.288,93

FONTE: CADPREV/DIPR

8. CONTROLADORIA

A Unidade de Controladoria é responsável pelo controle interno, auditoria, correição, gestão de riscos e ouvidoria da Instituição. Cabe a Controladoria oferecer orientação preventiva aos gestores do IPREV na identificação antecipada de riscos, adoção de medidas e estratégias de gestão com o propósito de correção de falhas, aprimoramento de procedimentos e cumprimento de normas.

8.1 - MONITORAMENTO DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP

O IPREV mantém como forma de controle, o monitoramento constante e contínuo sobre o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP. A regularidade permite a realização de transferências voluntárias de recursos pela União, celebração de acordos, contratos, convênios e ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União e da liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais, de acordo com a Lei n° 9.717 de 1998.

O [iii]Certificado na data de 20 de janeiro de 2022 possui o seguinte descritivo:

Estado de Governo do Distrito Federal - DF

Ente Federado: Estado de Governo do Distrito Federal - DF

CNPJ Principal: 00.394.601/0001-26

CRP Vigente: Nº 974001-204988, emitido em 10/12/2021. Estará vigente até 08/06/2022.

Regime Vigente: Próprio de 13/04/1960 até 20/01/2022	
Análise da Legislação	
Critério(s)	**Situação**
Acesso dos segurados às informações do regime	**Regular**
Caráter contributivo (Ente e Ativos - Alíquotas)	**Regular**
Caráter contributivo (Inativos e Pensionistas- Alíquotas)	**Regular**
Cobertura exclusiva a servidores efetivos	**Regular**
Concessão de benefícios não distintos do RGPS - previsão legal	**Regular**
Encaminhamento da legislação à SPS	**Regular**
Observância dos limites de contribuição do ente	**Regular**
Observância dos limites de contribuição dos segurados e pensionistas	**Regular**
Regras de concessão, cálculo e reajustamento de benefícios	**Regular**
Utilização dos recursos previdenciários - Previsão legal	**Regular**

Auditoria dos RPPS	
Critério(s)	**Situação**
Aplicações Financeiras Resol. CMN - Adequação DAIR e Política Investimentos - Decisão Administrativa	**Regular**
Atendimento ao Auditor Fiscal em auditoria direta no prazo	**Regular**
Atendimento ao MPS em auditoria indireta no prazo	**Regular**
Caráter contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa	**Regular**
Contas bancárias distintas para os recursos previdenciários	**Regular**
Escrituração Contábil - Consistência das Informações - Decisão Administrativa	**Regular**
Unidade gestora e regime próprio únicos	**Regular**

Utilização dos recursos previdenciários - Decisão Administrativa	**Regular**

Equilíbrio Financeiro e Atuarial	
Critério(s)	**Situação**
Equilíbrio Financeiro e Atuarial - Encaminhamento NTA, DRAA e resultados das análises	**Decisão Judicial**

Informações Contábeis	
Critério(s)	**Situação**
Adoção do plano de contas e dos procedimentos contábeis aplicados ao setor público	**Regular**
Envio das informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais	**Regular**

Informações Previdenciárias e Repasses	
Critério(s)	**Situação**
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - Consistência e Caráter Contributivo	**Regular**
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - Encaminhamento à SPPS	**Regular**

Investimentos dos Recursos Previdenciários	
Critério(s)	**Situação**
Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN - Consistência	**Regular**
Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN - Encaminhamento à SPPS	**Regular**
Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Consistência	**Regular**
Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Encaminhamento a partir de 2017	**Regular**

Outros	
Critério(s)	**Situação**
Aplicações financeiras de acordo com Resolução do CMN - previsão legal	**Regular**
Existencia de colegiado ou instância de decisão em que seja garantida a participação dos segurados	**Regular**
Inclusão de parcelas remuneratórias temporárias nos benefícios	**Regular**

É possível verificar que o Certificado possui subgrupos em situação REGULAR, onde o Instituto fez por empregar diversos esforços na resolutiva. Entretanto, registra-se que a situação de regularidade ocorreu na data final de expiração do certificado, o que coloca a Instituição em situação de risco extremo.

O CRP se encontra vigente até 08/06/2022 e seu acompanhamento de regularidade dar-se-á pela Gerência de Riscos desta Controladoria.

9. DIRETORIA DE INVESTIMENTOS

A Diretoria de Investimentos coordena os recursos do IPREV por segmentos de ativos conforme a pactuação na política de investimentos e das deliberações do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos – CIAR.

A Unidade realiza análise quanto ao cenário macroeconômico para observar os reflexos no patrimônio dos fundos administrados pelo IPREV além de propor a Política Anual de Investimentos e suas revisões para deliberação da Diretoria Executiva – DIREX e do Conselho de Administração – CONAD.

9.1 – DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DOS RECURSOS – DAIR

O Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR apresenta mensalmente as informações sobre a carteiras de investimentos do RPPS além dos dados cadastrais do ente federativo, da unidade gestora do RPPS e seus respectivos responsáveis.

O DAIR referente ao mês de abril de 2021 apresenta a seguinte variação:

Variação do Saldo da Carteira

Tipos de Ativo	04/2020 (R$)	03/2021 (R$)	04/2021 (R$)	% Carteira	% Ano x Ano	% Mês x Mês
Renda Fixa	-	4.434.911.857,33	2.668.294.294,40	68,91%		
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, b	-	3.177.039.298,19	1.984.662.927,99	51,25%	-	-37,53%
FI Renda Fixa - Geral - Art. 7º, IV, a	-	1.158.029.007,50	582.962.277,56	15,05%	-	-49,66%
FI Renda Fixa Crédito Privado - Art. 7º, VII, b	-	99.843.551,64	100.669.088,85	2,60%	-	0,83%
Renda Vari?vel e Investimentos Estruturados	-	908.002.949,17	821.026.679,35	21,20%		
FI de Ações - Índices c/ no mínimo 50 ações - Art. 8º, I, a	-	6.541.918,82	6.377.288,02	0,16%	-	-2,52%
FI de Ações - Geral - Art. 8º, II, a	-	757.955.948,22	665.615.196,84	17,19%	-	-12,18%
FI Multimercado - Aberto - Art. 8º, III	-	27.765.540,47	28.075.708,66	0,73%	-	1,12%

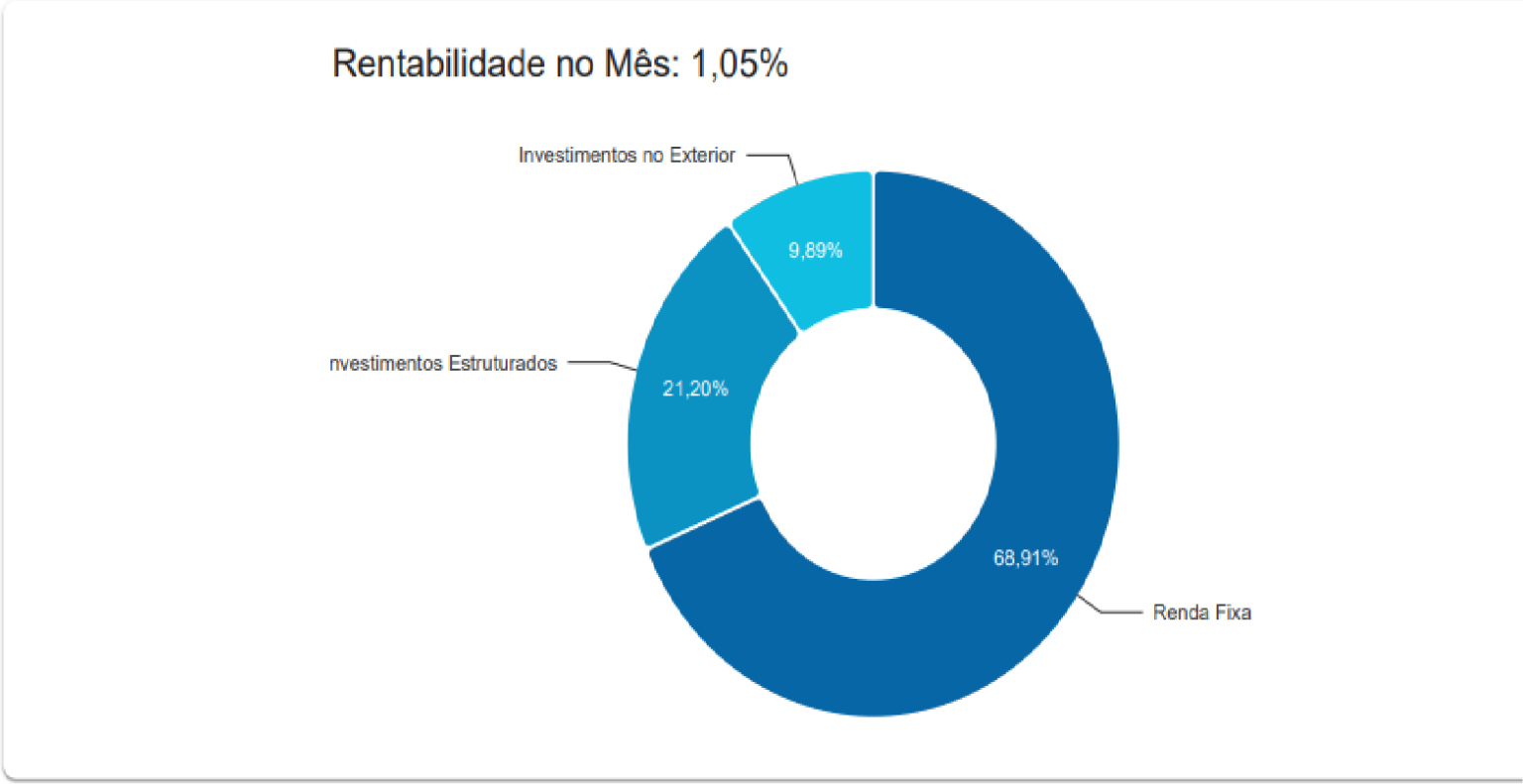
07/06/2021 CADPREV

Tipos de Ativo	04/2020 (R$)	03/2021 (R$)	04/2021 (R$)	% Carteira	% Ano x Ano	% Mês x Mês
FI Imobiliários - Art. 8º, IV, b	-	17.674.404,74	17.536.827,47	0,45%	-	-0,78%
FI em Participações - Art. 8º, IV, a	-	98.065.136,92	103.421.658,36	2,67%	-	5,46%
Investimentos no Exterior	-	483.876.770,65	383.016.121,08	9,89%		
Fundo Investimento - Sufixo Investimento no Exterior - Art. 9-Aº, II	-	270.026.324,27	274.570.667,50	7,09%	-	1,68%
Fundo de Ações BDR Nível 1 - Art. 9º-A, III	-	213.850.446,38	108.445.453,58	2,80%	-	-49,29%
TOTAL	**-**	**5.826.791.577,15**	**3.872.337.094,83**			

Segmentos não enquadrados na CMN

Tipos de Ativo	04/2020 (R$)	03/2021 (R$)	04/2021 (R$)	% Carteira	% Ano x Ano	% Mês x Mês
Imóveis	-	-	1.318.249.800,00	100,00%		
Outros - Imóveis	-	-	1.298.289.400,00	98,49%	-	-
Casa	-	-	3.990.400,00	0,30%	-	-
Apartamento	-	-	15.970.000,00	1,21%	-	-
TOTAL	**-**	**-**	**1.318.249.800,00**			

Portfólio


Rentabilidade no Mês: 1,05%
Investimentos no Exterior
9,89%
nvestimentos Estruturados
21,20%
68,91%
Renda Fixa

TOTAL DA CARTEIRA (Resolução CMN)	**3.872.337.094,83**
Saldo em Conta Corrente	122.826.679,20
TOTAL GERAL DA CARTEIRA	**3.995.163.774,03**
Renda Fixa	2.668.294.294,40 (68,91%)
Renda Variável e Investimentos Estruturados	821.026.679,35 (21,20%)
Investimentos no Exterior	383.016.121,08
Imóveis	1.318.249.800,00

FONTE: CADPREV/DAIR – Abril 2021

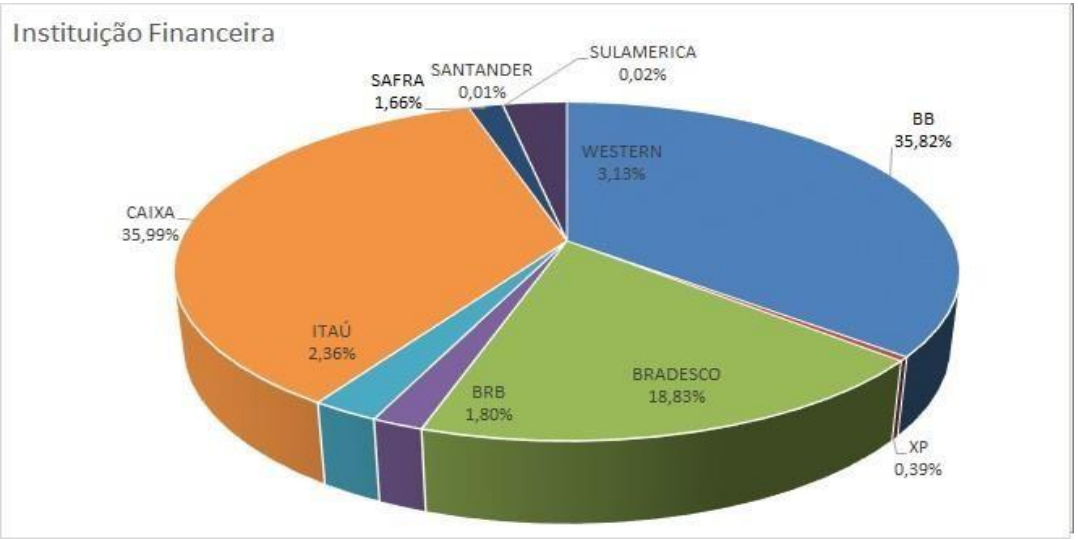
9.2 – POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos se encontra regulada pela Lei n° 9.717 de 27 de novembro de 1998 que trata da organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social – RPPS. A Política contempla a adoção de métodos que possam promover a ampliação dos recursos através da utilização de fundos de investimento em observância aos critérios relacionados a boa qualidade de gestão, ambiente de controle interno, histórico, experiência de atuação e outros destinados à mitigação de riscos.

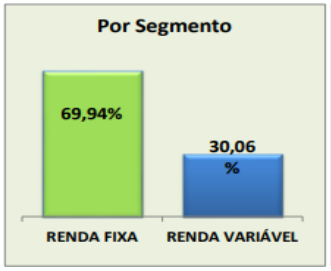
A Política é elaborada e proposta pela Diretoria de Investimentos e submetida à aprovação do Comitê de Investimento e Análise de Riscos onde será apreciada e aprovada pelo Conselho de Administração – CONAD.

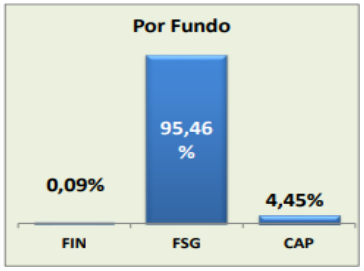
9.3 – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A Carteira de Investimentos, com posição no mês de [iv]outubro de 2021, traz os investimentos que foram realizados e suas capitalizações de acordo com a Política de Investimentos. De acordo com o mês de setembro, a carteira se encontra subdividida na seguinte composição:



INSTITUIÇÃO	TOTAL (EM R$)	% DA CARTEIRA
BANCO DO BRASIL	1.294.718.070,64	33,25%
XP INVESTIMENTOS	14.232.967,32	0,37%
BRADESCO	680.572.371,73	17,48%
BRB	65.243.227,07	1,68%
ITAÚ	85.137.898,99	2,19%
CAIXA	1.300.932.708,15	33,41%
SAFRA	60.124.149,61	1,54%
SANTANDER	319.148,02	0,01%
SULAMERICA	641.460,68	0,02%
WESTERN	112.999.642,36	2,90%
BNP PARIBAS	278.551.174,89	7,15%
TOTAL (FSG + FIN+ CAP)	**3.893.472.819,46**	**100,0%**





DETALHAMENTO DO DESEMPENHO DO FSG NO MÊS

R$ 3.716.794.213,78
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

-R$ 23.014.783,89
RENDIMENTO LÍQUIDO
RENTABILIDADE DA COTA + DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS

-0,69%
RENTABILIDADE

1,24%
META 2020 (IPCA + 1,3% AA)

DETALHAMENTO DO DESEMPENHO DO CAPITALIZADO NO MÊS

R$ 173.139.920,27
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

-R$ 427.347,65
RENDIMENTO LÍQUIDO
RENTABILIDADE DA COTA + DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS

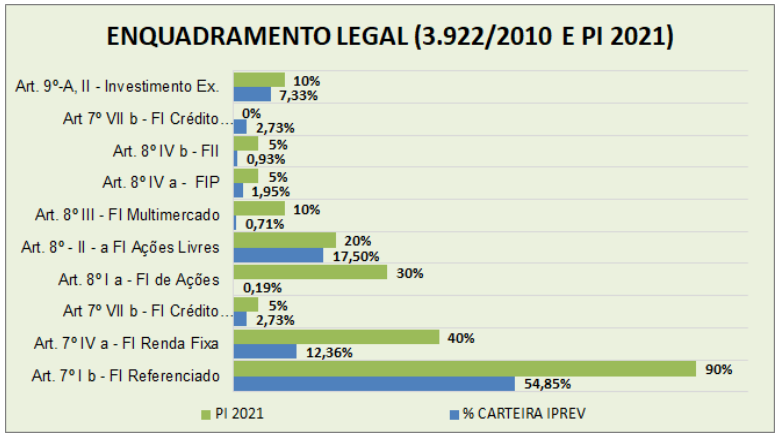
-0,27%
RENTABILIDADE

1,41%
META 2020 (IPCA + 3,5% AA)

DETALHAMENTO DA POSIÇÃO DA CARTEIRA TOTAL (FSG, FUNDO FINANCEIRO E CAPITALIZADO)

SEGMENTO	TOTAL (EM R$)	% DA CARTEIRA
RENDA FIXA	2.723.180.827,40	69,94%
RENDA VARIÁVEL	1.170.291.992,06	30,06%
TOTAL	**3.893.472.819,46**	**100,0%**

FUNDOS	TOTAL (EM R$)	% DA CARTEIRA
FIN	3.571.275,64	0,09%
FSG	3.716.794.213,78	95,46%
CAP	173.107.330,04	4,45%
TOTAL	**3.893.472.819,46**	**100,0%**



FONTE: Despacho IPREV/DIRIN (78421514)

9.4 – CARTEIRA DE IMÓVEIS

A Carteira de Imóveis é composta por 44 imóveis incorporados ao patrimônio pelo Fundo Solidário Garantidor – FSG pela Lei Complementar n° 917/2016 e pela Lei Distrital n° 5.729/2016. Os imóveis são constituídos da seguinte forma:

Origem	Tipo	Status	Quantidade	Valor Avaliado
GDF	APTO FUNCIONAL	DESOCUPADO	10	R$ 15.570.000
GDF	APTO FUNCIONAL	OCUPADO	8	R$ 11.950.000
GDF	CASA FUNCIONAL	DESOCUPADO	2	R$ 3.892.000
GDF	EDIFICADO/ GALPÃO	DESOCUPADO	8	R$ 24.544.000
GDF	EDIFICADO/ GALPÃO	OCUPADO	1	R$ 4.683.000
GDF	TERRENO	VAZIO	6	R$ 162.928.600
GDF	VAGAS DE GARAGEM	OCUPADO	1	R$ 2.627.000
TERRACAP	GLEBA	VAZIO	3	R$ 1.058.000.000
TERRACAP	TERRENO	VAZIO	5	R$ 46.576.000
		TOTAL GERAL	**44**	**R$ 1.330.770.600**
		TOTAL GDF	**36**	**R$ 226.194.600**
		TERRACAP	**8**	**R$ 1.104.576.000**

Fonte: UFSG/DIRIN/IPREV.

9.5 – DEMONSTRATIVO DAS POLÍTICAS DE INVESTIMENTO – DPIN

O Demonstrativo das Políticas de Investimento – DPIN dispõe sobre a aplicação dos recursos do RPPS mediante o envio à Previdência. No DPIN pode-se consultar os dados do ente, meta de rentabilidade e resumo analítico de diversas avaliações técnicas e suas estratégias conforme a Resolução 3922 do CMN e da Portaria MPS n° 519/2011.

A apuração referente ao exercício de 2021 se constitui no seguinte formato:

FUNDOS / PLANOS CONSTITUÍDOS		
CNPJ	**Nome**	**Natureza**
10.203.387/0002-18	Fundo Financeiro de Previdência dos Servidores do DF	Civil - Financeiro
33.863.225/0001-20	FUNDO CAPITALIZADO DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL	Civil - Previdenciário
10.203.387/0003-07	FUNDO SOLIDÁRIO GARANTIDOR DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL	Fundo Garantidor de Benefícios Estruturados em Regime de Repartição Simples

ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO

SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	LIMITE DA RESOLUÇÃO CMN %	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (R$)	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (%)	ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO DE null			META DE RENTABILIDADE PARA O EXERCÍCIO PORTIPO DE ATIVO	RESUMO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - PRÓXIMOS 5 EXERCÍCIOS	
					LIMITE INFERIOR (%)	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR (%)			LIMITE INFERIOR (%)	LIMITE SUPERIOR (%)
Renda Fixa	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, b	100,00	1.901.888.959,40	57,20	45,00	62,71	100,00				
Renda Fixa	FI Renda Fixa - Geral - Art. 7º, IV, a	40,00	602.652.151,14	18,12	8,00	15,52	40,00				
Renda Fixa	FI Renda Fixa Crédito Privado - Art. 7º,VII, b	5,00	107.421.677,12	3,23	3,23	3,23	5,00				
Renda Variável e Investimentos Estruturados	FI de Ações - Índices c/ no mínimo 50ações - Art. 8º, I, a	30,00	3.625.846,19	0,11	0,00	0,11	30,00				
Renda Variável e Investimentos Estruturados	FI de Ações - Geral - Art. 8º, II, a	20,00	481.795.846,42	14,49	0,00	6,19	20,00				
Renda Variável e Investimentos Estruturados	FI Multimercado - Aberto - Art. 8º, III	10,00	51.714.671,74	1,56	0,00	1,56	10,00				
Renda Variável e Investimentos Estruturados	FI em Participações - Art. 8º, IV, a	5,00	47.963.579,95	1,44	0,00	1,44	5,00				

Renda Variável e Investimentos Estruturados	FI Imobiliários - Art. 8º, IV, b	5,00	38.403.300,32	1,15	0,00	1,15	5,00				
Investimentos no Exterior	Fundo de Ações BDR Nível 1 - Art. 9º-A, III	10,00	89.668.582,12	2,70	0,00	2,00	10,00				
Investimentos no Exterior	Fundo Investimento - Sufixo Investimento no Exterior - Art. 9-Aº, II	10,00	0,00	0,00	0,00	6,09	10,00				

ESTRATÉGIAS DESCRITIVAS			
SEGMENTO	**TIPO DE ATIVO**	**ESTRATÉGIAS**	**DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DEFINIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS**
Renda Fixa	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, b	Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de umamesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições eseleção de ativos para alocação de recursos do RPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade degestão	
		Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demaisriscos a serem suportados	
		Estratégias de investimento, carregamento de posição e	

Renda Fixa	FI Renda Fixa - Geral - Art. 7º, IV,a	desinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de umamesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições eseleção de ativos para alocação de recursos do RPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade degestão	
		Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demaisriscos a serem suportados	
Renda Fixa	FI Renda Fixa Crédito Privado -Art. 7º, VII, b	Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de umamesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições eseleção de ativos para alocação de recursos do RPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade degestão	
		Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demaisriscos a serem suportados	

SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	ESTRATÉGIAS	DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DEFINIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
Renda Variável e Investimentos Estruturados	FI de Ações - Índices c/ no mínimo 50 ações - Art. 8º, I, a	Estratégias de investimento, carregamento de posição edesinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de umamesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições eseleção de ativos para alocação de recursos do RPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade degestão	
		Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demaisriscos a serem suportados	
Renda Variável e Investimentos Estruturados	FI de Ações - Geral - Art. 8º, II, a	Estratégias de investimento, carregamento de posição edesinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de umamesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições eseleção de ativos para alocação de recursos do RPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade degestão	
		Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demaisriscos a serem suportados	

Renda Variável e Investimentos Estruturados	FI Multimercado - Aberto - Art. 8º, III	Estratégias de investimento, carregamento de posição edesinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de umamesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições eseleção de ativos para alocação de recursos do RPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade degestão	
		Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demaisriscos a serem suportados	

SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	ESTRATÉGIAS	DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DEFINIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
Renda Variável e Investimentos Estruturados	FI em Participações - Art. 8º, IV, a	Estratégias de investimento, carregamento de posição edesinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de umamesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições eseleção de ativos para alocação de recursos do RPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade degestão	
		Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demaisriscos a serem suportados	

Renda Variável e Investimentos Estruturados	FI Imobiliários -Art. 8º, IV, b	Estratégias de investimento, carregamento de posição edesinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de umamesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições eseleção de ativos para alocação de recursos do RPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade degestão	
		Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demaisriscos a serem suportados	
Investimentos no Exterior	Fundo de Ações BDR Nível 1 - Art.9º-A, III	Estratégias de investimento, carregamento de posição edesinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de umamesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições eseleção de ativos para alocação de recursos do RPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade degestão	
		Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demaisriscos a serem suportados	

SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	ESTRATÉGIAS	DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DEFINIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Investimentos no Exterior	Fundo Investimento - Sufixo Investimento no Exterior - Art. 9-Aº,II	Estratégias de investimento, carregamento de posição edesinvestimento - formação de preços	
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de umamesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições eseleção de ativos para alocação de recursos do RPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade degestão	
		Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demaisriscos a serem suportados	

ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO - DEMAIS ATIVOS

SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (R$)	ESTRATÉGIAS	DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DEFINIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
			Avaliação da Situação Mercadológica e Jurídica do Ativo:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária.
			Estratégias a serem adotadas para carregamento de posição oudesinvestimento:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária foi de dividir em 6 blocos mais 1 Bloco de Permutas (7 Blocos no Total). Dessa forma, a Casa 05, Conjunto 8, Lago Sul, integra o 1º Bloco (VERDE): visando venda imediata, mediante procedimento licitatório ou integralização em FII (dependendo dos custos e da complexidade de estruturação); Prazo Estimado: Até o final de 2020; Já a Quadra 14, Conjunto A-9, Lote 12, Sobradinho, integra o 1º Bloco (VERDE e AMARELO): visando venda imediata, mediante procedimento licitatório ou integralização em FII (dependendo dos custos e da complexidade de estruturação). Aventar-se-á possibilidade de venda.

Imóveis	Casa	R$ 3.892.000,00	Metodologia adotadaa para precificação e avaliação:	A avaliação e reavaliação periódica foi solicitada pelo processo SEI nº 00413-00003040/2019-24 e são de extrema importância, quando avaliadas sob a ótica de investimento. Tal entrada no patrimônio do RPPS pelo valor justo e as "marcações a mercado" subsequentes corroboram os princípios impostos pela LC 769/2009 e pela Resolução CMN nº 3.922/2010, em especial o da transparência e o da rentabilidade. As reavaliações serão feitas preferencialmente pela Terracap, agência oficial distrital na operacionalização de atividades imobiliárias.
Imóveis	Apartamento	R$ 15.730.000,00	Avaliação da Situação Mercadológica e Jurídica do Ativo:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária.
			Estratégias a serem adotadas para carregamento de posição oudesinvestimento:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária foi de dividir em 6 blocos mais 1 Bloco de Permutas (7 Blocos no Total). Dessa forma, os apartamentos da SQS 315, Bloco G, Apartamentos 601/602 e 607/608; bem como a SQS 203, Bloco A, Apartamentos 203,204, 301, 303, 501, 503,504, 603 e os da SQS 215, Bloco E, Apartamentos 107, 202 e 403 integram o 1º Bloco (VERDE e AMARELO): visando venda imediata, mediante procedimento licitatório ou integralização em FII (dependendo dos custos e da complexidade de estruturação); Prazo Estimado: Até o final de 2020; Já os da SQS 203, Bloco A, Apartamentos 403, 404 e 502; bem como o da SQS 315, Bloco C, Apartamento 604 e da SQS 403, Bloco O, Apartamento 102, integram o 7º Bloco (VERMELHO): proposta de permuta por outros imóveis do GDF.
			Metodologia adotadaa para precificação e avaliação:	A avaliação e reavaliação periódica foi solicitada pelo processo SEI nº 00413-00003040/2019-24 e são de extrema importância, quando avaliadas sob a ótica de investimento. Tal entrada no patrimônio do RPPS pelo valor justo e as "marcações a mercado" subsequentes corroboram os princípios impostos pela LC 769/2009 e pela Resolução CMN nº 3.922/2010, em especial o da transparência e o da rentabilidade. As reavaliações serão feitas preferencialmente pela Terracap, agência oficial distrital na operacionalização de atividades imobiliárias.

SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (R$)	ESTRATÉGIAS	DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DEFINIDAS NA POLÍTICA DE

				INVESTIMENTOS
Imóveis	Outros - Imóveis	R$ 16.627.000,00	Avaliação da Situação Mercadológica e Jurídica do Ativo:	BONAPARTE, SETOR HOTELEIRO SUL – SHS QD. 2, Bloco I e J, 2° subsolo, 52 vagas de garagem: valor aproximado do imóvel: R$ 2.627.000; Número da matrícula e cartório de registro: 96891, no 1º Ofício de Registro de Imóveis (Venâncio Shopping - Asa Sul) e SIA TRECHO 4, LOTE 1000, SIA TRECHO 4, LOTE 1010, SIA TRECHO 4, LOTE 1020, SIA TRECHO 4, LOTE 1030, SIA TRECHO 4, LOTE 1040, SIA TRECHO 4, LOTE 1050, SIA TRECHO 4, LOTE 1060(00413-00004590/2018-80); Informações adicionais: elevado interesse por parte do Condomínio em comprar as vagas (representantes vieram ao IPREV/DF duas vezes no 1º semestre de 2018. No processo SEI nº 00413-00000693/2019-51, consta o Termo de Autorização de Uso a título oneroso celebrado em 13 de maio de 2019 entre IPREV e Condomínio do Edifício Bonaparte.
			Estratégias a serem adotadas para carregamento de posição ou desinvestimento:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária foi de dividir em 6 blocos mais 1 Bloco de Permutas (7 Blocos no Total). Dessa forma, as Vagas do Bonaparte, integram o 1º Bloco (VERDE): visando venda imediata, mediante procedimento licitatório ou integralização em FII (dependendo dos custos e da complexidade de estruturação); Prazo Estimado: Até o final de 2020.
			Metodologia adotadaa para precificação e avaliação:	A avaliação e reavaliação periódica foi solicitada pelo processo SEI nº 00413-00003040/2019-24 e são de extrema importância, quando avaliadassob a ótica de investimento. Tal entrada no patrimônio do RPPS pelo valor justo e as “marcações a mercado” subsequentes corroboram os princípios impostos pela LC 769/2009 e pela Resolução CMN nº 3.922/2010, em especial o da transparência e o da rentabilidade. As reavaliações serão feitas preferencialmente pela Terracap, agência oficial distrital na operacionalização de atividades imobiliárias.
			Avaliação da Situação Mercadológica e Jurídica do Ativo:	Ativos Incorporados por força da Lei Complementar nº 920/2016.
			Estratégias a serem adotadas para carregamento de posição ou desinvestimento:	De acordo com a LEI COMPLEMENTAR Nº 920, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016, O IPREV/DF, ao alienar as ações do BRB, deve dar preferênciade compra ao Distrito Federal. Os funcionários do BRB, por suas entidades, incluída a sua entidade de previdência complementar, têm direito de exercer a preferência de compra de até 10% das ações. Deve ser

Demais Bens, Direitos e Ativos	Outros Bens, Direitos e Ativos	R$ 531.417.185,46		contratada empresa especializada em precificação de ativos financeiros, bancosde investimento, auditorias, agências de rating ou consultorias com notório conhecimento e experiência na prestação desses serviços.
			Metodologia adotadaa para precificação e avaliação:	Relatório de avaliação da companhia contento Estudo de Equity Capital Markets; Estudo de Avaliação Preliminar; Estudo de Multiplos P/E do mercado; Estudo de Dividend Yield dos main players; Análise de Peers; Estudo de liquidez das ações do BRB; Estudo da Liquidez das ações dos bancos Tier I - II; Estudo múltiplo de peers P/E[1]; Estudo multiplo de peers P/BV[1]; Estudo do fluxo de caixa descontado[2]; Estudo de Potenciais investidores, realizado por empresa especializada em precificação de ativos financeiros, bancos de investimento, auditorias, agências de rating ouconsultorias com notório conhecimento e experiência na prestação desses serviços.
Imóveis	Terreno	R$ 1.282.731.600,00	Avaliação da Situação Mercadológica e Jurídica do Ativo:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária.
			Estratégias a serem adotadas para carregamento de posição ou desinvestimento:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária foi de dividir em 6 blocos mais 1 Bloco de Permutas (7 Blocos no Total).
			Metodologia adotadaa para precificação e avaliação:	A avaliação e reavaliação periódica foi solicitada pelo processo SEI nº00413-00003040/2019-24 e são de extrema importância, quando avaliadas sob a ótica de investimento. Tal entrada no patrimônio do RPPS pelo valor justo e as “marcações a mercado” subsequentes corroboram os princípios impostos pela LC 769/2009 e pela Resolução CMN nº 3.922/2010, em especial o da transparência e o da rentabilidade. As reavaliações serão feitas preferencialmente pela Terracap, agência oficial distrital na operacionalização de atividades imobiliárias.

FONTE: CADPREV/DPIN

10. DIRETORIA DE GOVERNANÇA, PROJETOS E COMPLIANCE

A Diretoria de Governança, Projetos e Compliance é a Unidade responsável pelos projetos, ações estratégicas, monitoramento, avaliação de resultados do IPREV.

A Unidade estabelece o Planejamento Estratégico Institucional bem como a programação e acompanhamento de suas ações. Auxilia no desenvolvimento do IPREV, gestão de integridade e compliance.

10.1 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico Institucional do IPREV se encontra em andamento com o início para o ano de 2021 e encerramento em 2025. O Mapa Estratégico foi aprovado para o quadriênio em 16/12/2020, através do processo n°00413-00003261/2020-36 e se encontra com as seguintes características:

MAPA ESTRATÉGICO 2021-2025
Missão
Trabalhar para a construção de um futuro previdenciário seguro a seus beneficiários, com o menor impacto possível a seus contribuintes
Visão
Ser reconhecido por beneficiários e contribuintes, pela excelência na gestão previdenciária do Distrito Federal
Valores
Integridade, confiabilidade, sustentabilidade e transparência
Perspectiva a Sociedade e Governo
1 Assumir integralmente a concessão, manutenção e gestão de benefícios
2 Fomentar políticas de sustentabilidade para a consecução da autonomia institucional
3 Aprimorar a gestão do sistema de previdência com base em referências de boas práticas a nível nacional
Que "valor público" queremos gerar para o governo?
Perspectiva dos Processos Internos
1 Zelar pela confiabilidade, consistência e transparência dos dados atuariais, contábeis, de investimento e previdenciários
2 Aperfeiçoar os mecanismos de arrecadação de contribuições previdenciárias
3 Implementar o plano de gestão imobiliária e viabilizar a exploração do direito de superfície
4 Aprimorar a comunicação interna e externa
5 Implementar sistema de gestão de riscos e compliance
Que requisitos devem pautar os processos?
Perspectiva de Aprendizagem e Crescimento
1 Modernizar os serviços, as soluções de TIC e segurança de informação
2 Propor cooperação para a implementação das Políticas Previdenciárias de Segurança e Saúde do Servidor
3 Promover o processo de capacitação interna
4 Buscar um quadro próprio para o IPREV e incentivar a permanência do servidor
Que competências queremos desenvolver?
Política de Qualidade
Gerir o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Distrito Federal com excelência técnica continuada de forma a atender aos requisitos legais e aos anseios das partes interessadas.

10.2 – CERTIFICAÇÃO PRÓ-GESTÃO

Como parte do Planejamento Estratégico do IPREV, a Governança tem como meta promover a certificação pró-gestão do IPREV. Para isso, a Governança estabeleceu como meta no Plano de Monitoramento Gerencial – PMG a certificação pró-gestão. Como critério para alcance, houve a contratação de empresa credenciada pela Previdência Social por meio do processo n° 00413-00000583/2021-12 com a publicação do Contrato no DODF n° 212 de 12 de novembro de 2021.

A certificação incentiva os Institutos de Previdência a adotarem boas práticas de gestão onde possuem como funções basilares os Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

10.3 - MAPEAMENTO E ELABORAÇÃO DE MANUAL DE PROCESSOS

A Governança realiza o mapeamento e modelos de processos para produzir opções de gerenciamento e indicação dos processos de negócios. O mapeamento e elaboração de manual, possui disposição no próprio manual de pró-gestão desenvolvido pela Secretaria de Previdência.

Existem projetos em revisão que fazem parte do Plano de Monitoramento Gerencial - PMG para desenvolver padrões estabelecidos pelo pró-gestão. Atualmente são eles:

- Revisão de Aposentadorias;
- Concessão de Pensão;
- Revisão de Pensão;
- Gestão da Folha de Pagamento de Benefícios e;
- Aposentadorias: compulsória, especial, invalidez e voluntária.

11. RECOMENDAÇÕES

Atenta-se ao Instituto observar os prazos referentes à renovação da Certificação de Regularidade Previdenciária, visto que o tempo hábil para ajustes na última atualização foi na data de expiração do Certificado. (item 8.1).

SITUAÇÃO: Concluído com sucesso na data de expiração do Certificado.

RISCO: EXTREMO

Atenta-se ao Instituto a necessidade de reestabelecer a Unidade de Controladoria e Correição visto que os controles internos se encontram prejudicados o que coloca em risco o controle interno da Instituição e corregedoria quanto à apuração de responsabilização e demais procedimentos e atendimento às demandas dos Órgãos de Controle Externo.

SITUAÇÃO: Existe processo que solicita o reestabelecimento, porém sem alterações.

RISCO: ALTO

12. CONCLUSÃO

O Relatório de Controle Interno tem como objetivo identificar de forma sucinta as Unidades pertencentes ao IPREV no intuito de estabelecer os fatores-chave Institucionais, onde se possa aferir fatores positivos e identificação dos pontos negativos encontrados na matriz de riscos; apresentação de planos de contas contábil, dos fundos previdenciários, critérios de premissas atuariais, metodologia aplicada aos investimentos, critérios de governança e *compliance*.

Tem-se como propósito facilitar o Gestor quanto à tomada de decisão na melhoria de processos internos institucionais, ao passo de promover maior controle, transparência, eficácia administrativa, bem como antecipar aos riscos iminentes através de planos de contingenciamento. Estas ferramentas produzir-se-ão maior interface na Gestão Previdenciária do Distrito Federal e consequentemente na produção de melhores serviços aos aposentados e pensionistas desta Autarquia Previdenciária.

Brasília, 24 de janeiro de 2022.

ROGÉRIO CORREIA DA SILVA
ADMINISTRADOR
UNIDADE DE CONTROLADORIA

[i] Conteúdo retificado por meio do Despacho IPREV/DIPREV (78149946)
[ii] Item adicionado ao Relatório para atender ao disposto no Despacho IPREV/DIGOV (76169854)
[iii] Atualização do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP conforme Despacho IPREV/DIJUR (78226765)
[iv] Conteúdo retificado por meio do Despacho IPREV/DIRIN (78421514)